

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Caso, em seu caderno de provas, haja itens que demandem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB5A1AAA

1 Tratando-se do dever de prestar contas anuais, cabe,
inicialmente, verificar como tal obrigação está preceituada no
ordenamento jurídico. A Constituição Federal prevê que cabe
4 ao presidente prestar contas anualmente ao Poder Legislativo.
Por simetria, tal obrigação estende-se ao governador do estado
e aos prefeitos municipais.

7 O dever anual de prestar contas é da pessoa física.
Assim sendo, no nível municipal, esse dever é do prefeito, que,
nesse caso, age em nome próprio, e não em nome do
10 município. Tal obrigação se dá em virtude de força da lei. O
povo, que outorgou mandato ao prefeito para gerir seus
recursos, exige do prefeito — por meio de norma editada pelos
13 seus representantes — a prestação de contas. Sendo tal
prestação obrigação personalíssima, não se pode admitir que
seja executada por meio de pessoa interposta. Isso quer dizer
16 que o tribunal de contas deve recusar, por exemplo, a prestação
de contas apresentada por uma prefeitura referente à obrigação
de um ex-prefeito. Quer dizer também que o ex-prefeito
19 continua sujeito a todas as sanções previstas para aqueles que
não prestam contas.

Por essa razão, é necessário que haja a separação das
22 contas — que devem, inclusive, ser processadas em autos
distintos — quando ocorrer de o cargo de prefeito ser ocupado
por mais de uma pessoa durante o exercício financeiro. Nesse
25 caso, cada um será responsável pelo período em que ocupou o
cargo.

Ailana Sá Sereno Furtado. **O dever de prestar contas dos prefeitos**. Internet: <<https://jus.com.br>> (com adaptações).

A respeito das ideias veiculadas no texto CB5A1AAA, julgue os próximos itens.

- 1 Governadores e prefeitos devem prestar contas ao Congresso Nacional.
- 2 As contas do prefeito e da prefeitura devem ser prestadas separadamente, uma vez que servem a funções distintas.
- 3 O presidente da República, o governador do estado e o prefeito municipal devem prestar contas no início de cada ano.
- 4 Ao ex-prefeito, que continua sujeito a todas as sanções previstas em lei, não é permitido apresentar contas após o prazo previsto para essa obrigação.

Julgue os itens que se seguem, a respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto CB5A1AAA.

- 5 A expressão “Por essa razão” (ℓ.21) introduz no parágrafo em que ocorre uma ideia de finalidade.
- 6 A supressão da vírgula empregada logo após a expressão “Assim sendo” (ℓ.8) prejudicaria a correção do texto.
- 7 A correção gramatical do texto seria mantida caso, na linha 14, a partícula “se” fosse empregada imediatamente após a forma verbal “pode” — escrevendo-se da seguinte forma: **pode-se**.
- 8 Sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical do texto, o trecho “é necessário que haja a separação das contas” (ℓ. 21 e 22) poderia ser reescrito da seguinte forma: **é necessário que hajam contas separadas**.
- 9 O termo “ao Poder Legislativo” (ℓ.4) exerce a função de complemento da forma verbal “prevê” (ℓ.3).

Espaço livre

Texto CB5A1BBB

1 A partir do momento em que o Estado passa a cobrar
tributos de seus cidadãos, amealhando para si parte da riqueza
nacional, surge a necessidade de destinação de tais quantias à
4 realização das necessidades públicas, pois, não visando ao
lucro, o Estado não pode cobrar mais do que os dispêndios que
lhe são imputados. Na chamada atividade financeira do Estado,
7 sua principal ferramenta é o orçamento público, pois nele
constam as decisões políticas tomadas pelo administrador com
o objetivo de satisfação dos interesses coletivos.

10 Muito mais do que um mero documento de estimação
e fixação das receitas e despesas, o orçamento, conforme o
texto constitucional vigente, constitui um verdadeiro sistema
13 integrado de planejamento, de sorte que, constituindo um
verdadeiro orçamento-programa, o orçamento público passa a
constituir etapas do planejamento de desenvolvimento
16 econômico e social, isto é, passa a ser conteúdo dos planos e
programas nacionais, regionais e setoriais, que devem ser
compatibilizados com o plano plurianual.

19 Extrapolando-se os limites da simples teoria clássica
do orçamento, pode-se dizer que o orçamento, em sua feição
atual, não deve ser compreendido unicamente como a simples
22 autorização de gastos do Poder Executivo pelo Poder
Legislativo. Não se pode olvidar que, a partir do momento em
que houve a limitação das antigas monarquias absolutistas, o
25 rei passou a necessitar de autorização de seus vassallos para a
realização dos gastos da coroa — como preceituado, por
exemplo, na Magna Charta Libertatum, de 1215, e na Petition
of Rights, de 1628. Também não se deve desconsiderar que a
28 revolução orçamentária deveu-se, em grande parte, à
idealização do Estado liberal burguês, que emana, segundo
31 especialistas da área, de razões políticas, e não financeiras.

Conquanto esses fatos tenham contribuído para a
formação do orçamento em sua tessitura tradicional, é preciso,
34 hoje, refletir sobre a real natureza da lei orçamentária atual, se
autorizativa ou impositiva.

César Augusto Carra. **O orçamento impositivo aos estados e aos municípios.** Internet: <libano.tce.mg.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, acerca das ideias do texto CB5A1BBB.

- 10 É correto afirmar que o texto não defende nem a ideia de que a lei orçamentária atual seja autorizativa nem a de que seja impositiva.
- 11 O Estado não pode cobrar dos cidadãos mais do que o necessário para cobrir seus gastos, porque não visa ao lucro.
- 12 A limitação das antigas monarquias absolutistas e a idealização do Estado liberal burguês estão relacionadas à formação do orçamento em sua tessitura tradicional.

Julgue os itens seguintes, com relação aos aspectos linguísticos do texto CB5A1BBB.

- 13 A substituição do vocábulo “olvidar” (ℓ.23) por **esquecer** manteria o sentido e a correção gramatical do texto.
- 14 A supressão da preposição “em” (ℓ.1) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 15 Na linha 6, o pronome “lhe” refere-se a “Estado”.
- 16 A expressão “de sorte que” (ℓ.13) denota algo positivo, tendo sido empregada no texto para defender o lado positivo de o orçamento público constituir um “orçamento-programa” (ℓ.14).

Os itens a seguir apresentam trechos adaptados de textos do sítio do TCE/PA. Julgue-os quanto à correção gramatical.

- 17 Foi lançado no TCE/PA a campanha de arrecadação de capas de resmas de papel, que serão transformadas em sacolas e distribuídas à cerca de mil pacientes.
- 18 O evento, que aconteceu no Ginásio da Escola Superior de Educação Física, contou com a participação de diversas instituições, que, durante toda a manhã, prestaram serviços à população.
- 19 O Portal da Transparência do TCE/PA foi lançado, em maio de 2010, é um canal pelo qual a sociedade pode acompanhar a execução orçamentária e financeira deste tribunal.
- 20 A proposta de resolução será analisada pelos conselheiros antes de ser aprovada, onde os conselheiros podem apresentar emendas e sugestões antes do julgamento do texto.

Com base no disposto no **Manual de Redação da Presidência da República (MRPR)**, julgue os itens a seguir, que versam sobre correspondências oficiais.

- 21 De acordo com MRPR, o órgão emissor do documento oficial deve adotar o padrão estrutural mais adequado em suas comunicações, conforme suas especificidades.
- 22 Nas comunicações oficiais, deve-se evitar o jargão burocrático, com vistas a garantir a clareza, a padronização e a impessoalidade dos documentos oficiais.
- 23 O MRPR adota o memorando como padrão para a redação dos documentos oficiais.
- 24 A redação de documentos oficiais visa à comunicação entre órgãos da administração pública; por essa razão, nesse tipo de documento, deve-se primar pela impessoalidade e pela uniformidade, entre outros aspectos.

Em relação às finalidades dos textos oficiais, julgue os itens seguintes.

- 25 O ofício é o documento adequado para o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da administração pública entre si e também com particulares.
- 26 A mensagem é um expediente de natureza informativa usado por todas as repartições públicas para comunicar-se com os cidadãos.

No que concerne à administração pública, julgue os itens a seguir.

- 27 **Situação hipotética:** Um servidor do TCE/PA, que já havia cumprido os requisitos legais para se aposentar, cometeu grave ilícito administrativo e, temendo a sua demissão, aposentou-se antes que a administração tomasse ciência do fato. **Assertiva:** Nessa situação, obedecidos os ritos legais da Lei Estadual n.º 5.810/1994, poderá a administração cassar a referida aposentadoria, uma vez que o ilícito ocorreu quando o servidor ainda estava na atividade.
- 28 Do ponto de vista subjetivo, a administração pública integra o Poder Executivo, que exerce com exclusividade as funções administrativas, em decorrência do princípio da separação dos poderes.
- 29 **Situação hipotética:** O TCE/PA alugou várias salas de aula de uma escola privada para a realização do curso de formação de seus novos servidores. **Assertiva:** Nessa situação, o ato de locação, ainda que seja regido pelo direito privado, é considerado um ato administrativo.

A respeito dos poderes da administração pública e dos serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

- 30 Se a competência para a prestação de determinado serviço público for atribuída aos estados federados de forma privativa, então a prestação desse serviço não poderá ser exercida pela União nem pelos municípios.
- 31 A prerrogativa da administração de impor sanções a seus servidores, independentemente de decisão judicial, decorre imediatamente do poder disciplinar e mediatamente do poder hierárquico.

Com relação à organização administrativa e às licitações, julgue os próximos itens.

- 32 **Situação hipotética:** Determinado tribunal de contas, para comemorar o aniversário de sua criação, realizará um evento no qual está prevista a apresentação de renomado músico nacional. **Assertiva:** Nessa situação, a contratação do referido músico configura hipótese de inexigibilidade de licitação, por se tratar de profissional do setor artístico consagrado pela opinião pública.
- 33 Em razão da complexidade das atividades incumbidas à administração pelas normas constitucionais e infralegais, existem, nos estados, diversas secretarias de estado com competências específicas, notadamente em função da matéria. Essa distribuição de atribuições denomina-se descentralização administrativa.

Considerando as disposições constitucionais sobre o Poder Legislativo e o processo legislativo, julgue os itens a seguir.

- 34 A Constituição Federal de 1988 reserva ao Congresso Nacional a prerrogativa de autorizar referendos e convocar plebiscitos.
- 35 As medidas provisórias vigoram pelo prazo improrrogável de sessenta dias e devem ser votadas em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- 36 A criação de território federal pelo Congresso Nacional, mediante lei complementar, independe, se resultante de desmembramento de estado da Federação, de consulta à assembleia legislativa do estado interessado, devendo ser precedida de aprovação da população diretamente interessada.

No que diz respeito à disciplina constitucional relativa aos direitos políticos, julgue o item seguinte.

- 37 A alistabilidade, que se refere à capacidade do indivíduo de ser eleitor, com direito de participar da escolha dos mandatários, é vedada aos estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, aos conscritos.

Com relação às competências do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue os itens que se seguem.

- 38 Cabe ao próprio Ministério Público a iniciativa de propor ao Poder Legislativo a edição de lei ordinária que disponha sobre a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como sobre a política remuneratória e seus planos de carreira.
- 39 O Supremo Tribunal Federal fixou o entendimento de que a competência para julgar ações oriundas da relação de trabalho entre servidores e administração pública é da justiça federal, independentemente de serem servidores estatutários ou celetistas.

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro e da disciplina constitucional sobre o Poder Executivo, julgue o item subsequente.

- 40 O presidente da República poderá, mediante decreto — independentemente de autorização do Congresso Nacional —, extinguir cargos públicos vagos.

Com fundamento nos conceitos e na legislação a respeito de controle na administração pública, julgue os itens a seguir.

- 41 No exercício de suas funções sancionatórias, o TCE/PA poderá aplicar ao responsável por contas consideradas irregulares a penalidade de inabilitação, por prazo determinado, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração estadual.
- 42 O controle interno situa-se no âmbito do controle administrativo e é exercido, em cada Poder, sobre seus próprios órgãos e entidades. Qualquer irregularidade que seja detectada e não comunicada ao respectivo tribunal de contas acarreta pena de responsabilidade solidária.
- 43 O Poder Legislativo, por exercer, nos limites da Constituição Federal de 1988, controle sobre os demais Poderes, inclusive sobre o Poder Judiciário, quando este executa função administrativa, tem a prerrogativa de sustar atos normativos do Executivo e do Judiciário, quando exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa, julgue o item seguinte.

- 44 As penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa também são aplicadas a não servidores e a quem induza ou concorra para a prática de ato de improbidade ou dele se beneficie de forma direta ou indireta.

Em relação a controle jurisdicional e atividade financeira do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 45 Mecanismo de controle da atividade financeira do Estado, a verificação bimestral da capacidade de cumprimento das metas de resultado contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face do comportamento da receita, pode levar os Poderes e o Ministério Público a promoverem contingenciamento das dotações orçamentárias e retenção dos recursos financeiros.
- 46 A ação civil pública, um dos meios ou instrumentos de controle jurisdicional da administração pública, objetiva proteger os interesses individuais, como, por exemplo, a defesa dos direitos do consumidor.

Tendo como referência as legislações federal e estadual, a Lei Orgânica e o Regimento Interno do TCE/PA, julgue os itens subsequentes.

- 47 É prerrogativa do TCE/PA a fiscalização da aplicação dos recursos provenientes das quotas entregues pela União ao estado do Pará referentes ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
- 48 A prática de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico que não caracterize dano específico ao erário, mesmo que não seja apenas de natureza estritamente formal, enseja o julgamento das contas como regulares com ressalvas.
- 49 A jurisdição do TCE/PA se estende aos órgãos subordinados e às entidades vinculadas aos poderes públicos estaduais e municipais do estado.
- 50 Conselheiro do TCE/PA pode opinar, por qualquer meio de comunicação, sobre processo pendente de julgamento, desde que não esteja investido na condição de relator.